

CADERNOS
CEPEC
ECONOMIA DA AMAZÔNIA



Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará

Periodicidade Semestral – Volume 14 – Nº 01 – junho de 2024

Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Vice-reitora: Loiane Prado Verbicaro

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Armando Lírio de Souza

Vice-diretor: Paulo Moreira Pinto

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia

Márcia Jucá Teixeira Diniz

Vice coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

Cláudio Alberto Castelo Branco Puty

Editores

Douglas Alencar

Daniel Nogueira

Secretária Editorial

Andressa Magalhães Lima

Arleson Eduardo Monte Palma Lopes

Assistente Editorial

Roberto Felipe Tobias Ribeiro

Aline Christinny Tavares Oliveira

Márcio Alan de Carvalho Freitas Júnior

Maria Elvira Rodrigues Coelho

Projeto gráfico

Ana Clara Pinto Pereira

Conselho Editorial

Ana Elizabeth Neirão Reymão

Eliane Cristina Araujo

Esther Dweck

Laura Carvalho

Luana Passos de Souza

Fernanda Oliveira Ultremare

Marília Bassetti Marcato

Márcia Jucá Teixeira Diniz

Márcia Siqueira Rapini

Eleutério Prado

Frederico Gonzaga Jayme Junior

Francisco de Sousa Ramos

João Prates Romero

Luiz Carlos de Santana Ribeiro

Louis-Philippe Rochon

Miguel Torres

Sergio Fornazier Meyrelles Filho

Hugo Carcanholo Iasco Pereira

Wallace Marcelino Pereira



Apresentação

Douglas Alencar

Daniel Nogueira

O primeiro artigo desta edição, intitulado *“As escolhas dos jovens no Brasil: uma análise sobre as mudanças das características do jovem trabalhador (2012-2019)”*, de Diany Leal de Melo, Ana Carolina Campos de Melo e Camila de Moura Vogt, analisa a transição dos jovens brasileiros para o mercado de trabalho, destacando os desafios associados à inserção laboral no país. A partir de uma análise comparativa dos microdados da PNAD para o período de 2012 a 2019, as autoras utilizam um modelo binomial para investigar os principais determinantes que influenciam a decisão dos jovens, entre 14 e 25 anos, de estarem ou não empregados. Os resultados revelam a persistência de desigualdades de gênero e raça, indicando que jovens pretos e pardos enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado, enquanto as mulheres jovens apresentam uma probabilidade ligeiramente maior de estarem empregadas, embora em condições ainda marcadas por desigualdades. A pesquisa também evidencia o papel determinante do nível educacional e das disparidades regionais, contribuindo para o debate sobre as condições de trabalho juvenil no Brasil e oferecendo subsídios importantes para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às especificidades desse grupo populacional.

O segundo artigo, *“A Nova Economia Política do Desenvolvimento: A Teoria das Ordens Sociais e a Análise do Desenvolvimento numa Perspectiva Historiográfica”*, de Dualyson de Abreu Borba e Eduardo José Monteiro da Costa, apresenta uma sistematização da Teoria das Ordens Sociais, formulada por Douglass North e coautores, a partir de uma perspectiva historiográfica aplicada ao desenvolvimento. Trata-se de um arcabouço teórico inovador no campo neoinstitucionalista, ainda pouco explorado no Brasil, que busca compreender os processos de desenvolvimento a partir da configuração das relações institucionais, políticas e econômicas ao longo do tempo. O artigo destaca como o controle da violência e os acordos entre elites moldaram diferentes trajetórias sociais, estruturadas em ordens de acesso limitado e ordens de acesso aberto. A análise proposta rompe com leituras lineares e teleológicas sobre desenvolvimento, oferecendo uma lente que permite compreender como a dinâmica institucional, a distribuição do poder e o acesso aos recursos moldam o sucesso ou fracasso das nações. Com isso, o trabalho oferece uma relevante contribuição teórico-metodológica para pesquisadores interessados em desenvolvimento, história econômica e institucionalismo.

O terceiro artigo, *“Proposta de um Observatório sobre Política Industrial: Monitoramento, Avaliação e Publicização”*, de Adilson Giovanini, Pablo Felipe Bittencourt e Wallace Marcelino Pereira, aborda um dos principais desafios contemporâneos para a efetividade e a legitimidade das políticas industriais: a ausência de mecanismos robustos de monitoramento, avaliação e transparência. A partir de uma revisão sistemática da literatura, os autores propõem a criação de um observatório nacional dedicado ao acompanhamento contínuo da política industrial no Brasil. Inspirado em modelos internacionais, como a experiência da DARPA nos Estados Unidos, o observatório é concebido como uma ferramenta de governança que articula dados primários e secundários, avaliações setoriais e análises acadêmicas. Seu objetivo central é fornecer informações qualificadas tanto para formuladores de políticas quanto para a sociedade, promovendo ajustes mais eficazes nas ações governamentais e fortalecendo a legitimidade social da política industrial como política de Estado. O artigo oferece uma contribuição relevante ao propor uma estrutura institucional capaz de alinhar os interesses do setor público, da academia e da sociedade, reforçando a transparência, a accountability e a eficiência na condução da política industrial brasileira.

O quarto artigo, *“O papel da Bioeconomia para o Sistema Regional de Inovação: análise das pesquisas desenvolvidas pelos grupos de pesquisa do estado do Pará”*, de Suellene de Freitas Pinheiro, Arleson Eduardo Monte Palma Lopes, Maurício Fernandes Dourado, Helen Rodrigues de Souza e Leandro Morais de Almeida,

discute a importância da bioeconomia como vetor de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. A partir da análise dos grupos de pesquisa do estado do Pará cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, os autores identificam como a produção científica na área de bioeconomia tem contribuído para o fortalecimento do Sistema Regional de Inovação (SRI). O artigo evidencia que, desde 2008, há um acúmulo significativo de conhecimento, formação de recursos humanos e desenvolvimento de produtos bioeconômicos no estado. A pesquisa ressalta, no entanto, a necessidade de políticas públicas que promovam investimentos em infraestrutura de inovação, qualificação profissional e fortalecimento das universidades. Ao conectar biodiversidade, saberes tradicionais e desenvolvimento tecnológico, o trabalho destaca o papel estratégico da bioeconomia na construção de um modelo de desenvolvimento compatível com os desafios socioambientais da Amazônia.

O quinto texto, de Cristiano Trindade de Angelis, propõe um modelo integrado de Cultura Nacional e Gestão do Conhecimento para aprimorar a relação entre universidades, sociedade civil e empresas no enfrentamento das enchentes no Rio Grande do Sul, Brasil. Frente ao aumento da frequência e intensidade das inundações, impulsionado pelas mudanças climáticas e pela alteração da cobertura vegetal urbana, o estudo destaca a complementaridade dos modelos hidrodinâmicos HydroPol2D e SWAT+GWFlow como ferramentas essenciais para a previsão e controle das cheias. Além disso, Angelis ressalta o papel da inteligência cultural e da participação social na comunicação eficaz entre os atores envolvidos, visando um planejamento urbano mais resiliente. O trabalho também aponta as limitações dos sistemas de proteção atuais e defende a combinação de medidas estruturais e não estruturais, sustentadas por uma gestão do conhecimento eficiente, para mitigar os impactos das inundações na região.

O sexto paper, de Lucas Menezes Barbosa Moura e Fábio Rodrigues de Moura, investiga a influência das instituições estaduais no processo de abertura de empresas na região Nordeste do Brasil entre 2019 e 2024, fundamentando-se na perspectiva da Nova Economia Institucional de Douglass North. Os autores destacam que incerteza, racionalidade limitada e custos de transação são elementos centrais para compreender como as instituições afetam as organizações empresariais, sobretudo na formalização de novos negócios. Com base em dados secundários das bases REDESIM e SINAC, o estudo evidencia que, apesar das ações para desburocratizar, o tempo e a eficiência do processo variam entre os estados nordestinos, com destaque para o desempenho positivo do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Moura e Moura (2024) enfatizam a necessidade de medidas que promovam a agilização e digitalização dos processos para facilitar o ambiente de negócios na região.

O sétimo paper, de Douglas Alencar e Lúcio Otávio Seixas Barbosa, analisa a trajetória da taxa de câmbio no Brasil durante a pandemia da Covid-19 e a guerra russo-ucraniana a partir da dinâmica de determinação da taxa de câmbio proposta por Harvey (2009). Os autores revisam o modelo mental de Harvey para incorporar o arcabouço de metas de inflação, que orienta as ações do Banco Central e influencia as expectativas dos agentes financeiros. A pesquisa busca responder se é possível compreender a dinâmica de curto prazo da taxa de câmbio nominal no Brasil, considerando esses eventos econômicos singulares, por meio do modelo revisado de Harvey. Utilizando uma revisão teórica sobre estratégias de especulação cambial baseadas em Keynes, análise do regime de metas de inflação e expectativas dos agentes, o estudo evidencia que o modelo é útil para entender o comportamento da taxa de câmbio, embora agentes tenham previsto erroneamente o impacto inicial da pandemia. Alencar e Barbosa (2025) ressaltam a importância de considerar o contexto econômico e político único para a análise da volatilidade cambial em economias emergentes como o Brasil.

O oitavo paper, de Adilson Giovanini e Wallace Marcelino Pereira, apresenta um guia metodológico prático para construção de indicadores de mudança estrutural a partir da abordagem de integração vertical, utilizando a linguagem R. O avanço das tecnologias digitais transformou os serviços em insumos estratégicos para a manufatura, intensificando as interações intersetoriais e desafiando abordagens tradicionais baseadas em setores, que podem produzir indicadores enviesados de mudança estrutural. A proposta do estudo é oferecer um método acessível e replicável que distingue terceirização de terciarização, utilizando planilhas Excel para ilustrar conceitos e scripts em R para automatizar os cálculos, com dados das matrizes insumo-produto inter-regionais da OCDE (2023). Ao integrar bases internacionais atualizadas, metodologia aderente à estrutura produtiva contemporânea e ferramentas computacionais acessíveis, o trabalho contribui para avançar a agenda de pesquisa sobre mudança estrutural, destacando o papel estratégico da manufatura e sua integração com serviços. Giovanini e Pereira destacam a importância de democratizar o acesso a ferramentas analíticas avançadas e fomentar uma cultura de pesquisa mais aberta e replicável, capaz de responder às transformações do cenário produtivo global.

E por fim, a resenha de José Raimundo Trindade, que apresenta um exame crítico da obra de John Bellamy Foster, *Marx's Ecology: Materialism and Nature*, articulando um diálogo particular a partir da perspectiva da Amazônia, reconhecida por sua importância natural e histórica. O texto contextualiza a publicação original no início dos anos 2000, destacando a pouca repercussão inicial devido ao período de crise do marxismo e ao afastamento produtivista presente no marxismo tradicional, que reduziu a centralidade da relação entre homem e natureza, conforme criticado por Foster. A resenha organiza-se em cinco seções principais, abordando desde o materialismo epicurista, a formação histórica e dialética do pensamento marxiano, a crítica à teologia natural, até o núcleo da dialética naturalista e o metabolismo homem/natureza, culminando no desenvolvimento histórico da teoria ecológica de Marx segundo Foster. O estudo enfatiza a relevância da Amazônia como um dos últimos espaços onde as relações naturais ainda condicionam, de forma relativamente direta, as interações econômicas e sociais humanas, propondo uma compreensão crítica da obra de Foster nesse contexto.